

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 253

Os Programas de Alimentação e Nutrição Para Mães e Crianças no Brasil

Anna Maria Medeiros Peliano

ABRIL DE 1992

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Roberto Macedo

DIRETOR EXECUTIVO

Lísio Fábio de Brasil Camargo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Antônio Emílio Sendim Marques

DIRETOR DE PESQUISA

Ricardo Varsano

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antônio Carlos da Ressurreição Xavier

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar
resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando
profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10º andar

CEP 70.076

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Os Programas Governamentais de
Alimentação e Nutrição

3. Qual o Perfil dos Usuários dos
Programas Oficiais?

4. Considerações Finais

Bibliografia

**OS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E
NUTRIÇÃO PARA MÃES E CRIANÇAS NO BRASIL**

Anna Maria Medeiros Peliano

Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1. Introdução¹

Pode a melhoria das condições nutricionais das crianças brasileiras, constatada pela Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição - PNSN, ser atribuída a um impacto positivo dos programas de alimentação executados pelo governo nas últimas duas décadas?

O presente trabalho busca oferecer elementos para responder a essa pergunta, mediante observação dos resultados da PNSN, realizada em 1989. Em que pesem as limitações da amostra utilizada - que não foi desenhada com o intuito de avaliar os programas governamentais -, dela podem ser extraídas importantes informações.

Os resultados analisados na primeira seção cuidam da verificação do grau em que os programas alimentares, desenvolvidos pelo governo federal, aderem aos critérios recomendados pelos especialistas na matéria para eleição da prioridade de atendimento e vinculação aos serviços de saúde, buscando confirmar, ou não, as críticas já apontadas em estudos anteriores a respeito da não focalização dos grupos mais carentes e mais vulneráveis às seqüelas da desnutrição. Alguns resultados da PNSN são comparados com os fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo IBGE em 1986, com o objetivo de verificar se houve melhorias significativas, no que diz respeito a cobertura e desempenho dos programas de distribuição gratuita de alimentos.

O estudo volta-se, na segunda seção, para a identificação do perfil nutricional da clientela alvo inscrita nos programas oficiais, destacando outros fatores determinantes das condições de nutrição, tais como níveis de renda, acesso a serviços básicos de saneamento e consumo de leite.

As considerações apresentadas ao final defendem a tese de que é necessário insistir no aprimoramento dos programas alimentares e na sua melhor aderência às prioridades de atendimento, ao invés de endossar propostas de abandono da intervenção governamental nesse importante segmento da política social.

2. Os Programas Governamentais de Alimentação e Nutrição:

2.1. O que revela a PNSN?

Foi notável, nas últimas duas décadas, o crescimento do número de programas governamentais voltados para a alimentação e nutrição da população carente. Apesar da maior variedade de opções oferecidas, não se pode afirmar que tais programas contribuíram de forma significativa para a melhoria das condições nutricionais das crianças brasileiras, conforme foi constatado pela Pesquisa. É sabido que as condições de nutrição não são determinadas, exclusivamente, pelo consumo alimentar, mas também pelo acesso a outros serviços essenciais, como a saúde e o saneamento; estes apresentaram, no mesmo período, uma significativa expansão, destacando-se a assistência prestada pela rede básica de saúde e os serviços de abastecimento de água domiciliar.

O Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes, no momento em que foi realizada a PNSN, era o maior programa em termos de pessoas atendidas, com uma cobertura total da ordem de 2 milhões, entre crianças e adolescentes. Na faixa etária de menores de 7 anos, receberam os cupons de leite cerca de 1,8 milhão de crianças, correspondendo a 84% do total de atendidos, da mesma idade, em todos os programas governamentais.

A eficácia dos programas no país é afetada, negativamente, pela reduzida freqüência a creches das crianças mais pobres. De um total de aproximadamente 3,2 milhões de crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, pertencentes a famílias de até 2 salários mínimos, cerca de 750 mil freqüentam creches, das quais 72% recebem refeições gratuitas. De um total de 1,2 milhão de crianças de 4 a 6 anos inscritas nos programas governamentais, apenas 23% freqüentam creches que oferecem refeições gratuitas, sendo que, entre estas, 57% são da região sudeste, e 30%, do nordeste.

¹ Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição - PNSN utilizados neste trabalho foram processados por Luiz Alberto Lima Costa.

Embora seja inegável a importância do recebimento de uma cesta de alimentos, de um litro de leite diário, ou de uma refeição escolar para aqueles grupos mais pobres que tiveram acesso aos programas oficiais, a suplementação alimentar, em termos nutricionais, foi muito reduzida frente às necessidades da clientela atendida, além de apresentar freqüentes interrupções no fornecimento. Conforme já foi apontado em avaliações anteriores (Carvalho da Silva, 1987; Peliano, 1988 e 1990), a distribuição de alimentos não foi atribuída à área da saúde, e os programas federais não se concentraram nas faixas etárias mais prioritárias, nem nas regiões menos desenvolvidas do país. Ao longo dos anos, foram sendo criadas instituições e programas paralelos, superpostos (ver Quadro I), e os recursos financeiros alocados não foram suficientes nem para o cumprimento das metas oficiais de atendimento. Ainda que sempre presente na agenda governamental, o problema alimentar das populações mais pobres nunca foi enfrentado com a devida prioridade.

Os resultados da PNSN ratificaram as críticas tradicionais aos programas oficiais de alimentação, valendo destacar, das revelações da pesquisa, as seguintes constatações:

- 1) A superestimação dos números oficiais referentes a pessoas atendidas. Em 1989, as metas governamentais referem-se a cerca de 13 milhões de crianças menores de 7 anos e 3,3 milhões de mulheres (gestantes e nutrizes), inscritas no conjunto dos programas federais de alimentação. Segundo a PNSN, entretanto, os inscritos em pelo menos um programa oficial somam apenas 4,4 milhões de crianças e 550 mil mulheres, aproximadamente. Essa diferença não pode ser atribuída à superposição no atendimento (um mesmo usuário inscrito em mais de um programa), ainda que a Pesquisa não tenha levantado informações a respeito. Segundo a PNAD/86, apenas 8% das crianças menores de 7 anos estavam declaradamente inscritas em mais de um tipo de programa. Mesmo que esse percentual tenha aumentado significativamente com o crescimento do Programa do Leite e a introdução do Projeto Irmãozinho da FAE, ainda assim seria necessário que praticamente todas as crianças estivessem inscritas em pelo menos três programas de alimentação para que as metas oficiais pudessem ser reconhecidas.
- 2) O não direcionamento dos programas federais para os grupos mais pobres, e biologicamente mais vulneráveis da população. Segundo dados da PNSN, das 4,4 milhões de crianças menores de 3 anos, pertencentes a famílias de até 2 salários mínimos, apenas 1,3 milhão (30%) estavam inscritas em pelo menos um programa governamental. Para um total de 800 mil de gestantes, da mesma faixa de renda, os programas federais apresentavam uma cobertura de 120 mil, ou seja, cerca de 15%.
- 3) A dissociação dos programas de nutrição infantil da prestação de serviços básicos de saúde. De um total de 2,5 milhões de menores de 3 anos inscritos nos programas oficiais, apenas 32% recebiam atendimento de saúde junto com os alimentos. Ainda que o atendimento através do posto de saúde eleve esse percentual para 58%, não se justifica que, das 450 mil crianças cadastradas nas unidades de saúde, cerca de 190 mil não recebam atendimento básico vinculado aos programas alimentares. Das gestantes de renda familiar de até 2 salários mínimos inscritas nos programas oficiais, 47% não receberam orientação pré-natal. A distribuição de alimentos, quando realizada através dos postos de saúde, é melhor direcionada em termos do nível de renda das crianças atendidas. De um total de cerca de 600 mil crianças menores de 7 anos atendidas nos postos de saúde, 80% pertenciam a famílias de até 2 salários mínimos. Já para o atendimento nas demais estruturas, observa-se que, de um total de 2,6 milhões de crianças, reduzia-se para 52% aquelas da mesma faixa de renda.
- 4) Os programas governamentais não privilegiam, em termos geográficos, o atendimento nas áreas mais pobres, onde se concentra o problema nutricional do brasileiro. De um total de 2 milhões de crianças desnutridas, menores de 3 anos, 57% se encontram no Nordeste. Em contrapartida, apenas 25% do atendimento governamental à criança da mesma faixa etária está direcionado para essa região. A mesma discrepância ocorre com respeito à distribuição espacial. Em todo o país, a prevalência da desnutrição infantil é maior nas áreas rurais do que nas urbanas (a proporção é de 28% das crianças menores de três anos desnutridas na primeira, e 16% na

segunda). Do total de crianças da mesma faixa etária atendidas nos programas governamentais, apenas 24% se encontram nas áreas rurais.

- 5) A inscrição nos programas oficiais não garante o recebimento dos alimentos. Segundo a PNSN, cerca de 27% das crianças menores de 7 anos, e 35% das gestantes e nutrizes inscritas não receberam os benefícios no mês anterior à data do levantamento. Nos programas infantis, o pior desempenho foi observado na região nordeste, onde 39% das crianças inscritas não receberam alimentos. Nos programas voltados para as gestantes e nutrizes, a única exceção é a fornecida pelo atendimento a 100% das gestantes inscritas nas áreas urbanas da região sudeste. Esses dados podem ser considerados como um indicador da descontinuidade dos programas, visto que a periodicidade da distribuição dos gêneros de todas as instituições governamentais é mensal. Vale ressaltar que, em termos nutricionais, a continuidade do atendimento é fator essencial para a obtenção de impactos positivos.

2.2 - PNSS/1989 X PNAD/1986: O Atendimento Alimentar em Dois Momentos

Apenas duas pesquisas domiciliares recentes abordaram o tema do atendimento governamental na área de alimentação e nutrição, embora nenhuma delas tivesse como objetivo central a avaliação dos programas oficiais.

Em 1986, a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar-PNAD, realizada pelo IBGE, incluiu questões direcionadas para a obtenção de indicadores das condições de acesso dos diversos segmentos da população aos programas de distribuição gratuita de alimentos. No entanto, o não direcionamento da amostra da PNAD para as regiões mais pobres e grupos populacionais mais carentes prejudicou a utilização dos resultados dessa pesquisa na avaliação do atendimento a crianças menores de 7 anos bem como as mulheres de 15 a 54 anos; o próprio IBGE considerou a pesquisa insuficiente para captar adequadamente o objeto em questão.

Em 1989, a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição-PNSN ¹² teve como eixo central o estudo antropométrico da população brasileira; nela foram retomadas, de forma similar, duas questões levantadas na PNAD/86 para o grupo materno-infantil: se as mulheres e crianças estavam inscritas em algum programa de distribuição de alimentos, e se haviam recebido o alimento no mês anterior à pesquisa. Outras perguntas foram alteradas. Na PNAD foram citados os principais programas federais e perguntado em qual (ou quais) deles o usuário estava inscrito; na PNSN, esta questão foi substituída pelo local de recebimento do alimento, procurando saber em qual deles foi retirada a maior quantidade de produtos. Para o grupo de mulheres de 15 a 54 anos, a PNAD indagava em que condição - gestante, nutriz ou outras - elas estavam inscritas nos programas de distribuição gratuita de alimentos. Na PNSN, essa questão, direcionada para mulheres de 10 a 54 anos, foi desdobrada em perguntas específicas sobre o atendimento a programas alimentares para gestantes e para nutrizes, sendo abandonada a verificação de outras condições de atendimento.

A amostra da PNSN, de porte inferior à da PNAD, buscou não só representatividade em termos geográficos - por grandes regiões e situação do domicílio (urbano ou rural) - mas, sobretudo, por estrato de renda. No entanto, a não focalização dos segmentos mais carentes e da clientela dos programas alimentares manteve as mesmas dificuldades encontradas na PNAD para análises mais profundas com respeito ao atendimento governamental. Ganha a PNSN ao proporcionar informações sobre nutrição, aleitamento materno, consumo de leite e condições de saúde para o grupo pesquisado.

A comparação dos resultados principais dessas duas pesquisas tem o propósito de analisar alterações, nos programas nacionais de alimentação, ocorridas na segunda metade da década de 80; esse período coincide com o discurso do governo Sarney(1985-89), de prioridade ao social, elegendo como símbolo dessa prioridade a distribuição de leite para as crianças carentes, através do PNLCC. ¹³

² Da mesma forma que a PNAD, também a PNSN excluiu do universo da pesquisa a área rural da região norte.

³ Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes.

Em relação à cobertura dos programas infantis, verificou-se um aumento de apenas 18% no número de crianças menores de 7 anos inscritas nos programas governamentais. É importante assinalar que mais do que a triplicação do atendimento através do Programa do Leite, deu-se em contrapartida uma redução, para menos da metade, da clientela atendida por intermédio da rede de saúde⁴ (vide Tabelas I, II e III). Já para o grupo de gestantes e nutrizes de 15 a 54 anos, a inscrição nos programas oficiais reduziu-se em cerca de 52% (vide Tabelas IV, V e VI).

A preferência pelo Programa do Leite reflete-se, também, na composição dos recursos orçamentários alocados aos principais programas infantis,⁵ nos dois exercícios. No total, esses recursos passaram de 282 milhões para 697 milhões de dólares (preços de 1989),⁶ indicando um encarecimento *per-capita* significativo dos programas alimentares. O aumento dos recursos deve-se inteiramente ao crescimento do Programa do Leite, cujo orçamento obteve um incremento da ordem de 1.161%, enquanto as verbas do Programa de Suplementação Alimentar foram reduzidas em 60%.⁷

Considerando, finalmente, o fornecimento dos alimentos no mês anterior aos levantamentos como um indicador do desempenho dos programas oficiais, observa-se que não houve melhorias entre os dois momentos. Pelos dados da PNAD, 28% das crianças menores de 7 anos e 41% das mulheres inscritas não haviam recebido os gêneros alimentícios previstos, enquanto a PNSN refere-se a 27% das crianças e 35% das mulheres respectivamente, inscritas, mas não atendidos (Gráficos I e II).

3. Qual o Perfil dos Usuários dos Programas Oficiais?

O vulto das carências alimentares do brasileiro evidencia a impossibilidade de se equacionar o problema nutricional do país via distribuição gratuita e generalizada de alimentos pelo Estado. É óbvio que tal situação recomenda extremo rigor na definição de prioridades de atendimento. Especialistas recomendam como alvo prioritário o grupo materno-infantil, gestantes, nutrizes, e crianças de 6 até 36 meses, sobre quem as deficiências nutricionais repercutem de forma mais séria, podendo deixar seqüelas irreversíveis. A não inclusão, neste grupamento prioritário, das crianças de 0 a 6 meses, é atribuída à possibilidade do desestímulo ao aleitamento materno pela oferta de alimentos substitutos. Com respeito à renda das famílias, recomenda-se concentrar o atendimento mas de inferior a dois salários mínimos mensais.

Os dados da PNSN permitem averiguar o grau de aderência dos programas governamentais aos critérios acima mencionados. Para tanto, procuramos destacar quantos são os usuários dos programas oficiais, onde se localizam, e quais as características sócio-econômicas do grupo familiar a que pertencem.

Começamos pelo grupo infantil. Estavam inscritos, em 1989, em pelo menos um programa governamental, cerca de 2,5 milhões de crianças de até 36 meses, das quais cerca de trezentas mil eram menores de 6 meses. Em termos percentuais, a cobertura das crianças menores de seis meses representava apenas 14% do total de inscritos nesse grupo, mas isso não significa que a recomendação para não incluí-las no segmento prioritário fosse respeitada. Conforme os dados globais da PNSN, das quase 10 milhões de crianças de até 36 meses, apenas 16% estão na faixa inferior a 6 meses, uma porcentagem praticamente igual à que indica a participação nos programas oficiais.

Os resultados abaixo corroboram a tese de que a generalização da cobertura pode levar a que os programas alimentares sirvam de desestímulo à prática da amamentação. O número de crianças de

4 Para efeito de comparação, o Programa Cupom de Leite foi relacionado ao recebimento nas padarias e mercearias, e o Programa de Suplementação Alimentar, ao recebimento dos alimentos nos postos de saúde.

5 Programa de Suplementação Alimentar-PSA; Programa de Complementação Alimentar-PCA, que corresponde à atividade denominada Apoio Nutricional; Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes-PNLCC.

6 Os valores em dólares são os que constam do documento do Banco Mundial: *Addressing Nutritional Problems on Brazil, 1990*.

7 A comparação dos custos da distribuição exclusiva de leite vis-à-vis uma cesta de alimentos básicos, já foi realizada em avaliações anteriores, que demonstram os diferenciais de preço de calorias e proteínas, entre as duas alternativas, com desvantagens para a primeira (Pelião, 1988; Campino 1989).

até seis meses de idade que recebiam leite materno, na data da pesquisa, era relativamente menor para aquelas que estavam inscritas nos programas alimentares. Seguem-se os seguintes resultados:

CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES POR FAIXA DE RENDA	TOTAL	RECEBE LEITE MATERNO	%
Total	1 603.474	1.170.724	73
Até 2 Salários Mínimos	676.182	524.011	77
Inscritos em Programas	312.564	159.518	51
Inscritos, até 2 SM	132.509	97.112	73

Deve-se ressaltar, entretanto, a possibilidade de que as crianças estivessem inscritas exatamente pelo fato de não poderem ser amamentadas. Se há desestímulo ao aleitamento, a distribuição de alimentos não o substitui inteiramente: o leite materno continua sendo oferecido para mais de 50% das crianças inscritas.

Passemos ao segundo ponto. Se é no grupo de 6 a 36 meses que deve-se concentrar a atenção dos programas alimentares, qual é o perfil das crianças que estão sendo atendidas e qual é a dimensão do grupo potencialmente alvo do atendimento governamental?

Segundo a pesquisa, existem no país cerca de 8,2 milhões de crianças na faixa etária de 6 a 36 meses, das quais 2,2 milhões (27%) estavam inscritas em pelo menos um programa alimentar. Os dados a respeito são os apresentados na Tabela V, classificados por faixa de renda e local do domicílio.

Por esses dados, observa-se que 80% das crianças inscritas nos programas oficiais estão concentradas nas regiões nordeste (40%) e sudeste (41%). Esse percentual corresponde, em termos globais, à concentração regional das crianças desta faixa etária, mas não coincidem com os níveis de concentração calculados com base na renda. Considerando apenas o total de crianças de famílias de até 2 salários mínimos de renda mensal,⁸ a porcentagem daquelas situadas nas áreas urbanas do Nordeste e do Sudeste são equivalentes (20 e 19%, respectivamente). A grande diferença reside nas crianças da área rural; neste nível de renda, as que moram no Sudeste somam apenas 9% do total, enquanto as do Nordeste alcançam 32%. Assim, é para esta última região que deveria estar voltado o alvo dos programas oficiais mas apenas 14% do atendimento, está para ali dirigido.

Com relação ao critério renda, vale destacar, segundo os dados apresentados a seguir, que a distribuição do atendimento alimentar, embora alcance um número expressivo da população de baixo poder aquisitivo, apresenta o mesmo perfil da distribuição, por nível de renda familiar, das crianças de até 36 meses (observa-se uma ligeira discrepância apenas para a faixa de renda familiar superior a 5 salários mensais). Não há, pois, evidência concreta de que a recomendação para atendimento prioritário da população mais pobre esteja sendo atendida.

CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR	TOTAL E INSCRITAS EM PROGRAMAS ALIMENTARES			
	CRIANÇAS DE 0 A 6 MESES ⁹		CRIANÇAS DE 7 A 36 MESES	
	TOTAL	INSCRITAS	TOTAL	INSCRITAS
Até 2 S. M.	44%	46%	46%	55%
De 2 a 5 S. M.	30%	34%	29%	31%
Mais de 5 S. M.	26%	20%	25%	14%

Tampouco há um direcionamento prioritário para famílias mais numerosas, de acordo com os dados relativos à distribuição de número de moradores por domicílios. Para o total de crianças na faixa etária

⁸ No momento da Pesquisa, 2 salários mínimos correspondiam a US\$ 135,35.

⁹ Admitindo-se como tal, as mulheres com crianças menores de um ano de idade.

considerada é observada a mesma distribuição que para as crianças inscritas. Conforme se verifica na tabela abaixo, as duas distribuições são semelhantes, com uma diferença apenas para crianças de 0 a 6 meses cujo atendimento se concentra nos domicílios com mais de quatro pessoas.

NÚMERO DE MORADORES POR DOMICÍLIO	TOTAL E INSCRITOS EM PROGRAMAS ALIMENTARES			
	CRIANÇAS DE 0 a 6 MESES		CRIANÇAS DE 7 A 36 MESES	
	TOTAL	INSCRITOS	TOTAL	INSCRITOS
Até 3 pessoas	20%	8%	17%	20%
De 4 a 5 pessoas	39%	33%	42%	39%
Mais de 5 pessoas	41%	59%	41%	41%

Embora o alvo prioritário - clientela de até dois salários mínimos de renda familiar - não esteja sendo respeitado, é lícito reconhecer que a ultrapassagem desse limite não significa uma distorção grave dos programas governamentais. Segundo estudo de Monteiro (1991), somente a partir de um nível de renda de aproximadamente 1,5 salário mínimo, por membro da unidade familiar, torna-se possível assegurar que o crescimento das crianças acompanhe os padrões observados em países desenvolvidos.

É sabido que o acesso a serviços de saneamento é um fator essencial para a determinação do nível de saúde e de nutrição infantil. Segundo a Pesquisa, mais da metade das crianças brasileiras de até trinta e seis meses de idade, atendidas pelos programas governamentais, moravam em habitações sem nenhum tipo de instalação sanitária, ou dispoendo apenas de uma fossa rudimentar, com diferenças significativas entre as regiões nordeste e sudeste. É a seguinte a distribuição por condições de esgotamento sanitário:

CONDIÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	TOTAL E INSCRITAS EM PROGRAMAS ALIMENTARES (em percentual)											
	0 A 6 MESES						7 A 36 MESES					
	TOTAL			INSCRITOS			TOTAL			INSCRITOS		
	Total	NE	SE	Total	NE	SE	Total	NE	SE	Total	NE	SE
Rede Geral	22	9	55	22	0	39	30	7	59	38	9	70
Fossa Séptica	13	6	11	13	4	22	12	7	9	9	7	5
Fossa Rudimentar	30	30	22	29	40	17	30	30	18	30	41	15
Não Tem	27	52	7	28	56	14	25	54	9	21	43	7
Outros*	8	3	5	8	0	8	3	2	5	2	0	3

*Obs.: Trata-se de instalação sanitária (havendo ou não aparelho) ligada diretamente a um rio, lago, etc.

Em relação ao abastecimento de água domiciliar, os dados refletem uma situação um pouco melhor. Ainda assim, das crianças de 0 a 6 meses inscritas nos programas alimentares, cerca de 38% residiam em domicílios não ligados à rede geral de água. Entre aquelas que tinham acesso a esse serviço, verificava-se uma diferença significativa entre as residentes na região Nordeste e Sudeste, conforme indicado na tabela a seguir.

FAIXA ETÁRIA	CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS LIGADOS REDE GERAL DE ÁGUA*					
	BRASIL		NE		SE	
	Total	Inscrit.	Total	Inscrit.	Total	Inscrit.
De 0 a 6 meses	61%	55%	40%	36%	76%	65%
De 7 a 36 meses	62%	63%	42%	49%	79%	76%

*Obs.: Inclui domicílios com canalização interna e sem canalização interna.

Dentre os indicadores que caracterizam as condições de vida das crianças atendidas pelos programas oficiais, vale destacar o consumo de leite, que, nesta faixa etária, é fundamental para a complementação da dieta alimentar. Os dados da PNSN indicam que 97% das crianças mais ricas do

país tomam leite fresco, ou em pó, todos os dias. Para aquelas de famílias de até 2 salários mínimos, o consumo diário reduz-se para 86%, com importantes diferenças geográficas.

Comparando-se o consumo diário de leite das crianças do Nordeste e do Sudeste, por situação do domicílio, observa-se uma variação de quinze pontos percentuais entre as áreas rurais do Nordeste, onde apenas 82% das crianças tomam leite todos os dias, e as áreas urbanas do Sudeste, onde esta porcentagem refere-se a 97% das crianças. É interessante observar que, mesmo para as crianças da mesma faixa de renda - até 2 salários mínimos - das áreas urbanas do sudeste e do nordeste, há um diferencial de onze pontos percentuais no consumo diário de leite, conforme apresentado a seguir:

CLASSE DE RENDIMENTO	CRIANÇAS DE 0 A 7 MESES QUE CONSOMEM LEITE DIARIAMENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO				
	BRASIL	NORDESTE		SUDESTE	
	%	Urbano (%)	Rural (%)	Urbano (%)	Rural (%)
TOTAL	91	88	82	97	90
Até 2 S. M.	86	84	82	95	87
De 2 a 5 S.M.	93	91	77	96	92
Mais de 5 S. M.	97	95	100	98	100

Os dados mostram, ainda, que a inscrição em programas governamentais não garante o recebimento diário de leite. Do total de crianças inscritas no país, 12% não consomem leite todos os dias, sendo que, no nordeste, esse percentual se eleva para 19%. Apenas nos centros urbanos da região nordeste observa-se uma ligeira melhoria no consumo de leite, para crianças na faixa de renda familiar acima de dois salários mínimos, em que 100% das inscritas tomam leite diariamente. Considerando-se que o Programa do Leite foi concentrado naquela região e nestas mesmas crianças, pode-se supor que ele tenha contribuído para a melhoria observada.

É importante identificar em que medida o atendimento governamental na área alimentar atinge os menores de 36 meses que apresentam problemas de desnutrição. De um total de aproximadamente 2 milhões de crianças desnutridas, segundo o critério de peso-idade - menor do que o percentil 10¹⁰ apenas 36% estavam inscritas nos programas oficiais, conforme apresentado na Tabela VI.

Os dados mostram que a aderência aos critérios de renda foi melhor nos programas da região nordeste, mas, em relação à desnutrição, o atendimento na região sudeste atingiu melhor as crianças desnutridas, com uma cobertura de aproximadamente 60% nas áreas urbanas. Tal resultado pode ser consequência do fato de que, apesar de ser semelhante o número de crianças de até dois salários mínimos nos centros urbanos das duas regiões, o de desnutridos é maior no nordeste (ver Gráfico III). A menor oferta dos serviços essenciais - saúde e saneamento - no nordeste, mencionada anteriormente, é um fator determinante para a discrepância apontada.

De todo o modo, se cerca de 80% das crianças inscritas pertenciam a famílias que podem ser consideradas como carentes, apenas 28% delas apresentam algum grau de desnutrição. Assim, sob o ângulo do enfrentamento dos problemas nutricionais, os programas também não tem sido adequadamente direcionados, estando excluídas do atendimento cerca de 1,2 milhão de crianças desnutridas de até 36 meses, sendo que na área rural do nordeste encontra-se a maior discrepância, com cerca de 570 mil desnutridas não atendidas (Tabela VII).

10 Esse indicador de peso-idade refere-se ao padrão antropométrico estabelecido pelo Nacional Center for Health Statistics-NCHS, QUE o oficialmente adotado no Brasil pelo Ministério da Saúde.

Quanto às gestantes e nutrizes, sua participação nos programas governamentais foi bem mais restrita. Tomando como alvo apenas as mulheres de renda familiar inferior a 2 salários mínimos, obtem-se, no país, um total de aproximadamente 800 mil gestantes e 1,3 milhão de nutrizes.¹¹ Desse total, estavam sendo atendidas nos programas governamentais cerca de 500 mil mulheres, com a seguinte distribuição por faixa de renda:

CLASSE DE RENDIMENTO	MULHERES INSCRITAS DE 10 A 54 ANOS	
	GESTANTES	NUTRIZES
Até 2 Salários Mínimos	68%	52%
De 2 a 5 Salários Mínimos	19%	26%
Mais de 5 Salários Mínimos	6 %	14%
Sem declaração	7%	8%

É visível a concentração do atendimento nas mulheres mais pobres, dado esse reforço pelo grau de instrução, que é um outro fator fundamental na determinação das condições nutricionais do grupo familiar. Segundo a PNSN, 33% das gestantes e 24% das nutrizes inscritas nos programas oficiais não sabiam ler. Das restantes, o nível de escolaridade é baixo, conforme indicam os seguintes resultados:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	MULHERES DE 10 A 54 ANOS	
	GESTANTES	NUTRIZES
1º Grau	52%	52%
2º Grau	12%	13%
Primário	28%	30%
Ginásio	3%	-
Sem declaração	5%	5%

Por regiões, o atendimento às mães concentrou-se no nordeste, tanto para as gestantes (67%) quanto para as nutrizes (51%). Mais uma vez, as áreas urbanas foram privilegiadas, sendo que, dos programas desenvolvidos nesta região, 67% dirigiam-se às gestantes e 56% às nutrizes dos centros urbanos.

Finalmente, em relação ao atendimento às gestantes, vale destacar que 29% das inscritas estavam na faixa etária entre 14 e 20 anos, das quais 82% com renda familiar inferior a 5 salários mínimos. Esses percentuais são compatíveis com os dados globais para o país, sendo que, do total de mulheres grávidas, 24% estão nesta faixa etária e 77% no mesmo nível de renda.

4. Considerações Finais

Após vários anos de experiência com programas governamentais de distribuição gratuita de alimentos, sem que eles tenham comprovado seu valor do ponto de vista de impactos nutricionais, as sucessivas denúncias de desvios, distorções e abusos de ordem político-clientelista têm conduzido a um crescente descrédito da sociedade e do governo brasileiro com relação à validade dessas intervenções, suscitando questionamentos freqüentes sobre a sua própria manutenção.

Parece não causar mais indignação viver em um país em que mais da metade de suas crianças pertencem a famílias que não têm poder aquisitivo suficiente para garantir a satisfação de suas necessidades essenciais. Pergunta-se, agora, se deve ou não o setor público contribuir para a melhoria dos padrões alimentares através da distribuição gratuita ou subsidiada de alimentos. Esquece-se de que o inadmissível é a necessidade deste tipo de intervenção nas dimensões observadas, e não a própria intervenção; de que o injustificável é o descumprimento das diretrizes

11 Admitindo-se, como tal, as mulheres com crianças menores de um ano de idade.

recomendadas e das metas anunciadas, além da não mobilização dos recursos financeiros e do suporte político necessários.

Muitos reconhecem que a solução do problema alimentar brasileiro exige mudanças estruturais profundas na organização social, política e econômica do país, e que os programas alimentares não podem ser entendidos como substitutos dessas mudanças. O que parece não estar claro é que a urgência imposta pela fome não se coaduna com o tempo requerido para as transformações estruturais necessárias, e que existem alternativas de curto prazo que, se bem encaminhadas, poderão contribuir para a redução do problema nutricional no país.

O retrato das crianças brasileiras fornecido pela PNSN revela que a desnutrição é um indicador inequívoco de um quadro carencial mais amplo, e que não poderá ser combatida isoladamente. Revela, também, que, paralelamente à elevação do poder aquisitivo, o acesso a serviços públicos essenciais, tais como saúde, saneamento, habitação e educação é fundamental para a melhoria das condições nutricionais. Nesse sentido, os programas alimentares devem ser assumidos como aquele componente complementar, de caráter assistencial, desenvolvido no âmbito das demais políticas setoriais. Devem ser entendidos em um novo contexto político-social, no qual a assistência não se confunde com uma dívida governamental, mas sim com um direito de cidadania reconhecido pela constituição.

Além da conjugação com outros serviços sociais básicos, os programas alimentares necessitam ser redirecionados espacialmente, de forma a atingir o público alvo mais necessitado. É na região nordeste, especialmente nas áreas rurais, que se concentram as crianças mais carentes do país, para as quais são mais escassos e de pior qualidade os serviços prestados pelo setor público. Torna-se necessário, também, admitir a possibilidade de elevar o patamar de renda do grupo alvo, para dar conta da progressiva deterioração do poder de compra do salário mínimo. A revisão do critério de seleção pela faixa salarial deveria ser considerada para o país como um todo. Além das dificuldades inerentes à comprovação de renda e, portanto, da observância deste critério, têm variado, no tempo e no espaço, as condições de vida garantidas pelo salário mínimo no Brasil. A universalização da cobertura em bolsões de pobreza das periferias urbanas e áreas rurais poderia assegurar melhor o cumprimento das prioridades de atendimento.

Em termos operacionais, existem possibilidades de se melhorar o desempenho dos programas de alimentação gratuita. A garantia de recursos financeiros compatíveis com as metas de atendimento, bem como a liberação desses recursos no prazo certo são fundamentais para melhor viabilizá-lo. Mas não é tudo. Os dados relativos ao crescimento da cobertura dos programas e dos recursos destinados ao setor, entre 1986 e 1989, evidenciam a existência de margens significativas para a redução dos custos, o que poderia ser obtido através da utilização de alimentos mais baratos, dentro de padrões nutricionais adequados, além da revisão dos mecanismos de compra, de forma a ampliar-se a concorrência entre os fornecedores e a possibilidade de controle da sociedade sobre a operação dos programas. Finalmente, a descentralização da execução dos programas alimentares tem sido, também, freqüentemente apontada como mais uma alternativa para o aprimoramento deste tipo de intervenção.

TABELA I
CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO POR GRUPO DE IDADE, SEGUNDO AS
CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL PER CAPITA
1986/1989⁽¹⁾

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO)	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO								
	TOTAL	GRUPOS DE IDADE							
		Até 1 ANO		2 a 4 ANOS		5 a 6 ANOS			
	1986	1989	1986	1989	1986	1989	1986	1989	
TOTAL	3.776.579	4.436.151	1.628.445	1.609.346	1.710.804	2.123.589	437.330	703.216	
Até 1/2 S.M.	2.554.934	2.796.957	1.115.818	1.011.937	1.151.867	379.999	87.169	405.021	
Mais de 1/2 a 1 S.M.	920.616	1.068.918	367.551	427.760	433.515	467.558	119.550	173.600	
Mais de 1 S. M.	291.299	393.144	141.474	114.221	122.011	189.259	27.814	94.634	
Sem Declaração	9.730	177.162	3.602	55.429	3.311	91.772	2.817	29.961	

(1) FONTES: 1986 - PNAD/IBGE
1989 - PNSN/IBGE-INAN-IPEA

TABELA II
CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS POR
TIPO DE PROGRAMA EM QUE ESTAVAM INSCRITAS, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR
PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
PNAD - 1986

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO)	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS ALIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS					
	TOTAL	TIPO DE PROGRAMA				
		PSA	PCA	CUPOM DE LEITE	OUTROS	MAIS DE 1 TIPO
TOTAL	2.734.342	1.378.249	383.766	552.801	209.606	209.920
Até 1/2 S.M.	1.835.357	1.023.677	270.036	273.586	130.638	140.420
Mais de 1/2 a 1 S.M.	685.268	266.155	91.841	206.273	61.012	59.987
Mais de 1 S.M.	206.800	64.220	24.188	72.000	17.120	9.272
Sem Declaração	6.317	4.197	701	942	836	241
URBANA	1.897.903	767.368	281.528	520.031	150.427	178.549
Até 1/2 S.M.	1.135.043	503.296	181.697	252.029	83.021	115.090
Mais de 1/2 a 1 S.M.	584.752	201.437	78.780	198.488	51.267	54.780
Mais de 1 S.M.	175.047	62.394	20.350	68.572	15.303	8.428
Sem Declaração	2.961	241	701	924	836	241
RURAL	836.439	610.881	102.238	32.770	59.179	31.371
Até 1/2 S.M.	700.214	519.381	85.339	21.557	47.617	25.320
Mais de 1/2 a 1 S.M.	100.516	64.718	13.061	7.785	9.745	5.207
Mais de 1 S.M.	31.753	21.826	3.838	3.428	1.817	844
Sem Declaração	3.956	3.956	--	--	--	--

Fonte: PNAD/IBGE-1986

TABELA III

CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS POR LOCAL DE RECEBIMENTO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO PNSN - 1989

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL E FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO)	CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS						
	TOTAL	Padaria, Mercadoria ou Armazém	Centro ou Posto de Saúde	Associação Comunitária	Igreja ou Paróquia	Prefeitura	Outros
TOTAL	3.228.228	1.870.060	591.442	316.666	105.482	42.776	256.982
Até 1/2 S. M.	1.854.995	837.040	474.501	236.362	90.528	4.275	183.820
Mais de 1/2 a 1 S.M.	903.950	685.445	92.444	76.094	4.682	10.031	35.524
Mais de 1 S.M.	347.975	270.709	12.089	25.320	10.272	--	29.585
Sem Declaração	121.308	76.687	12.408	23.890	--	--	8.323
URBANA	2.724.642	1.791.289	371.260	247.168	85.150	23.004	206.672
Até 1/2 S.M.	1.441.696	783.327	279.955	143.903	71.433	15.287	147.791
Mais de 1/2 a 1 S.M.	851.067	665.768	77.256	67.585	3.445	7.817	29.296
Mais de 1 S.M.	338.313	270.709	7.760	19.987	10.272	--	29.585
Sem Declaração	93.568	71.586	6.289	15.693	--	--	--
RURAL	503.585	78.591	220.182	114.498	20.332	19.672	50.310
Até 1/2 S.M.	413.300	53.713	194.546	92.459	19.095	17.458	8.323
Mais de 1/2 a 1 S.M.	52.883	19.777	15.188	8.509	1.237	2.214	36.029
Mais de 1 S.M.	9.662	--	4.329	5.333	--	--	5.958
Sem Declaração	27.740	5.101	6.119	8.197	--	--	--

Fonte: PNSN/IBGE - INAN-IPEA - 1989

TABELA IV

MULHERES DE 15 A 54 ANOS, GESTANTES E NUTRIZES INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA E OS GRUPOS DE IDADE 1986/1989⁽¹⁾

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO)	MULHERES DE 15 A 54 ANOS, GESTANTES E NUTRIZES INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO									
	PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO									
	GRUPO DE IDADE									
	TOTAL	15A 19 ANOS		20 A 29 ANOS		30 A 39 ANOS		40 A 54 ANOS		
	1986	1989	1986	1989	1986	1989	1986	1989	1986	1989
TOTAL ⁽²⁾	984.739	554.899	106.039	98.389	517.443	279.583	290.887	141.779	67.866	35.148
Até 1/2 S.M.	639.819	372.128	52.334	46.179	309.549	199.649	226.018	93.610	51.918	32.690
Mais de 1/2 a 1 S.M.	221.630	92.496	25.715	35.711	136.375	40.872	46.480	13.454	13.060	2.458
Mais de 1 S.M.	79.344	47.864	15.894	10.876	47.940	18.361	13.671	18.637	1.839	0
Sem Declaração	44.146	42.412	12.096	5.623	23.579	20.711	4.718	16.078	1.049	0

(1) FONTES: PNAD/IBGE - 1986

PNSN/IBGE-INAN-IPEA - 1989

(2) O total desta tabela não inclui 182.482 mulheres que não declararam a condição de gestantes ou nutrizes na PNAD 86.

Observação: A soma das parcelas de gestantes e nutrizes, classificadas por idade dos beneficiários, não coincide com a coluna "TOTAL" devido a um pequeno grupo de inscritos que não declararam idade e rendimento.

TABELA V

MULHERES DE 15 A 54 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS, POR TIPO DE PROGRAMA EM QUE ESTAVAM INSCRITAS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO)	MULHERES DE 15 A 54 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS				
	TIPO DE PROGRAMA				
	TOTAL	PSA	PCA	OUTROS	MAIS DE UM TIPO
Total	688.329	462.828	134.090	67.831	23.580
Até 1/2 S.M.	485.486	334.784	91.909	39.464	19.329
Mais de 1/2 a 1 S.M.	155.192	97.728	30.866	22.602	3.996
Mais de 1 S.M.	46.168	28.833	11.315	5.765	255
Sem Declaração	1.483	1.483	--	--	--
URBANA	417.106	255.724	96.992	47.940	16.450
Até 1/2 S.M.	262.480	164.258	60.446	25.322	12.454
Mais de 1/2 a 1 S.M.	114.808	67.896	26.063	16.853	3.996
Mais de 1 S.M.	39.577	23.329	10.483	5.765	--
Sem Declaração	241	241	--	--	--
RURAL	271.223	207.104	37.098	19.891	7.130
Até 1/2 S.M.	223.006	170.526	31.463	14.142	6.875
Mais de 1/2 a 1 S.M.	40.384	29.832	4.803	5.749	--
Mais de 1 S.M.	6.591	5.504	832	--	255
Sem Declaração	1.242	1.242	1.242	--	--

Fonte: PNAD/IBGE-1986

TABELA VI
MULHERES DE 15 A 54 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS, POR LOCAL DE RECEBIMENTO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO)	MULHERES DE 15 A 54 ANOS INSCRITAS EM PROGRAMAS DE CLASSES DE ALIMENTAÇÃO E QUE RECEBERAM ALIMENTOS LOCAL DE RECEBIMENTO					
	TOTAL	Centro ou Posto de Saúde	Associação Comunitária	Igreja ou Paróquia	Prefeitura	Outros
Total	357.825	160.164	49.292	59.761	19.789	68.819
Até 1/2 S.M.	223.804	107.041	31.064	23.923	15.716	46.060
Mais de 1/2 a 1 S.M.	62.645	21.043	9.099	15.492	4.073	12.938
Mais de 1 S.M.	33.231	7.715	5.945	9.750	0	9.821
Sem Declaração	38.145	24.365	3.184	10.596	0	0
URBANA	255.671	111.749	22.989	48.970	16.292	55.671
Até 1/2 S.M.	145.040	71.833	12.644	14.916	12.219	33.428
Mais de 1/2 a 1 S.M.	56.914	20.711	6.000	13.708	4.073	12.422
Mais de 1 S.M.	25.675	1.759	4.345	9.750	0	9.821
Sem Declaração	28.042	17.446	0	10.596	0	0
RURAL	102.154	48.415	26.303	10.791	3.497	13.148
Até 1/2 S.M.	78.764	35.208	18.420	9.007	3.497	12.632
Mais de 1/2 a 1 S.M.	5.731	332	3.099	1.784	0	516
Mais de 1 S.M.	7.556	5.956	1.600	0	0	0
Sem Declaração	10.103	6.919	3.184	0	0	0

Fonte: PNSN/BGE - INAN-IPEA-1989.

TABELA VII
CRIANÇAS DE 7 A 30 MESES TOTAL E INSCRITOS EM PROGRAMAS ALIMENTARES, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E FAIXA DE RENDA
1989

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E CLASSES DE RENDIMENTO	BRASIL		GRANDES REGIÕES						CENTRO-OESTE								
	TOTAL	INSCRITOS %	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL								
			TOTAL	INSCRITOS %	TOTAL	INSCRITOS %	TOTAL	INSCRITOS %	TOTAL	INSCRITOS %							
TOTAL	8.232.538	2.229.455	27	309.076	103.771	31	2.862.388	885.533	31	3.231.944	899.492	28	1.216.727	1.216.727	17	583.403	139.386
Ate 2 S.M.	3.822.418	1.218.097	32	91.177	50.794	56	2.019.345	698.475	33	1.061.938	349.758	33	425.330	425.330	22	194.628	58.697
De 2 a 5 S.M.	2.379.075	693.380	29	124.490	39.303	32	571.907	168.559	29	1.047.840	347.662	33	434.735	434.735	18	200.403	69.282
Mais de 5 S.M.	2.031.045	317.978	16	93.409	13.674	15	271.436	50.502	19	1.122.160	202.082	18	355.662	355.662	9	188.372	21.407
URBANA	5.625.663	1.700.854	30	309.076	94.771	31	1.397.580	523.514	37	2.694.003	794.766	30	775.973	157.949	20	449.031	120.854
Ate 2 S.M.	1.894.074	797.748	42	91.177	50.794	56	782.919	363.706	46	724.702	276.799	38	168.550	58.169	35	126.720	49.280
De 2 a 5 S.M.	1.827.287	599.955	33	124.490	39.303	32	359.201	118.923	33	890.248	320.601	36	304.304	304.304	23	149.044	51.616
Mais de 5 S.M.	1.904.302	303.151	16	93.409	13.674	15	255.460	40.885	16	1.079.053	188.360	18	303.119	303.119	10	173.261	19.958
RURAL	2.606.875	528.557	20	---	---	---	1.464.808	362.019	25	537.941	104.726	19	439.754	43.280	---	164.372	18.532
Ate 2 S.M.	1.928.344	420.350	22	---	---	---	1.239.426	302.769	24	337.236	73.959	22	256.780	34.205	---	97.902	9.417
De 2 a 5 S.M.	551.788	93.425	17	---	---	---	212.406	49.833	23	157.592	27.051	17	130.431	9.075	---	51.359	7.666
Mais de 5 S.M.	126.743	14.782	12	---	---	---	15.976	9.617	50	43.113	3.716	9	52.543	---	---	15.111	1.449

Fonte: PNSN/IBGE-INAN-IPSA-1989

Obs.: Ate 2 salários mínimos correspondia, no momento da pesquisa, até US\$ 135,35.

TABELA VIII

CRIANÇAS DE 0 A 36 MESES DESNUTRIDAS, TOTAL E INSCRITAS
NOS PROGRAMAS ALIMENTARES E NUTRICIONAIS - 1989

SITUAÇÃO DOMICÍLIO	TOTAL	INSCRITAS	%
TOTAL	1.982.101	720.557	36
NORTE	108.062	49.207	46
Urbano	108.062	49.207	46
NORDESTE	1.122.009	358.156	32
Urbano	460.473	203.690	44
Rural	661.536	154.466	23
SUDESTE	501.919	250.592	50
Urbano	366.314	216.702	59
Rural	135.605	33.890	25
SUL	133.715	36.554	27
Urbano	81.242	30.020	37
Rural	52.473	6.534	12
CENTRO OESTE	116.397	26.048	22
Urbano	79.113	21.001	27
Rural	37.284	5.047	14

Fonte: PNSN/IBGE-1989.

Obs.: Segundo padrão antropométrico peso-idade do NCHS
(crianças situadas abaixo do percentil 10).

TABELA IX

CRIANÇAS DESNUTRIDAS DE 0 A 36 MESES, INSCRITAS E NÃO INSCRITAS NOS
PROGRAMAS ALIMENTARES, POR FAIXA DE RENDA

CLASSES DE RENDIMENTO BRASIL E REGIÕES SELECIONADAS	BRASIL		NORDESTE		SUDESTE	
	INSCRITAS	NÃO INSC.	INSCRITAS	NÃO INSC.	INSCRITAS	NÃO INSC.
Brasil	696.333	1.202.717	345.162	723.411	239.342	241.503
Até 2 S. M.	419.193	812.579	227.279	573.105	74.789	128.983
De 2 a 5 S. M.	202.660	240.689	55.171	108.068	110.867	57.039
Mais de 5 S. M.	74.480	149.449	12.712	42.238	50.986	55.481

Fonte: PNSN/IBGE-1989.

Obs.: Não existem informações por nível de renda para 4% das crianças desnutridas.

QUADRO I
PRINCIPAIS PROGRAMAS FEDERAIS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 1989

PROGRAMAS	INSTITUIÇÕES	PÚBLICO ALVO	AGENTES OU LOCAIS DE DISTRIBUIÇÃO	TIPO DE BENEFÍCIO	METAS DE ATENDIMENTO (em milhares de pessoas)
Programa de Suplementação Alimentar	INAN Min. da Saúde	Gestantes/nutritas e crianças de até 36 meses de famílias com renda até 2 salários mínimos	Postos de Saúde(1)	Cesta de alimentos básicos	6.200
Programa de Complementação Alimentar - PCA	LBA Min. da Ação Social	Gestantes/nutritas, crianças de 6 a 36 meses com renda até 2 S.M.	Unidades de apoio comunitário da LBA(1)	Alimentos formulados especiais e leite em pó apenas para crianças com problemas de nutrição	1.852
Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes PNLL(2)	SENAC Min. da Ação Social	Famílias com crianças menores de 7 anos com renda até 2 S.M.	Associações comunitárias	Ticket para aquisição de leite fluido no mercado varejista	7.801(5)
Programa de Apoio a Creches	LBA Min. da Ação Social	Pré-escolares	Creches públicas e filantrópicas	Lanches e/ou refeições(3)	2.000
Programa Nacional de Merenda	FAE Min. Educação	Pré-escolares e Escolares de 1º Grau e irmãos dos escolares de 4 a 6 anos	Escolas públicas e filantrópicas	Lanches e/ou refeições	29.000(6)
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT(4)	Min. do Trabalho	Trabalhadores	Empresas	Subsidio de refeições do ticket para aquisição de refeições no comércio local	5.275

(1) Tanto o INAN quanto a LBA utilizam eventualmente, as associações comunitárias, igrejas ou paróquias para distribuição de gêneros.

(2) Iniciado em 1988 e extinto no exercício de 1991.

(3) A LBA financia apenas parcialmente essas refeições que são fornecidas em creches não governamentais conveniadas.

(4) Pela legislação em vigor na década de 80, a parcela cobrada ao trabalhador não podia ultrapassar 20% do custo de cada refeição, cabendo à empresa o custeio de 24%, e ao governo as 56% restantes.

(5) Correspondendo à 3,2 milhões de famílias

(6) Segundo dados da FAE, nesse total estão incluídos 5 milhões de crianças de 4 a 6 anos atendidas através do Projeto Imãozinho fora da rede escolar.

GRAFICO I
Mulheres de 15 a 54 Anos Inscritas em
Prog. de Aliment. e que Receb. Alimentos

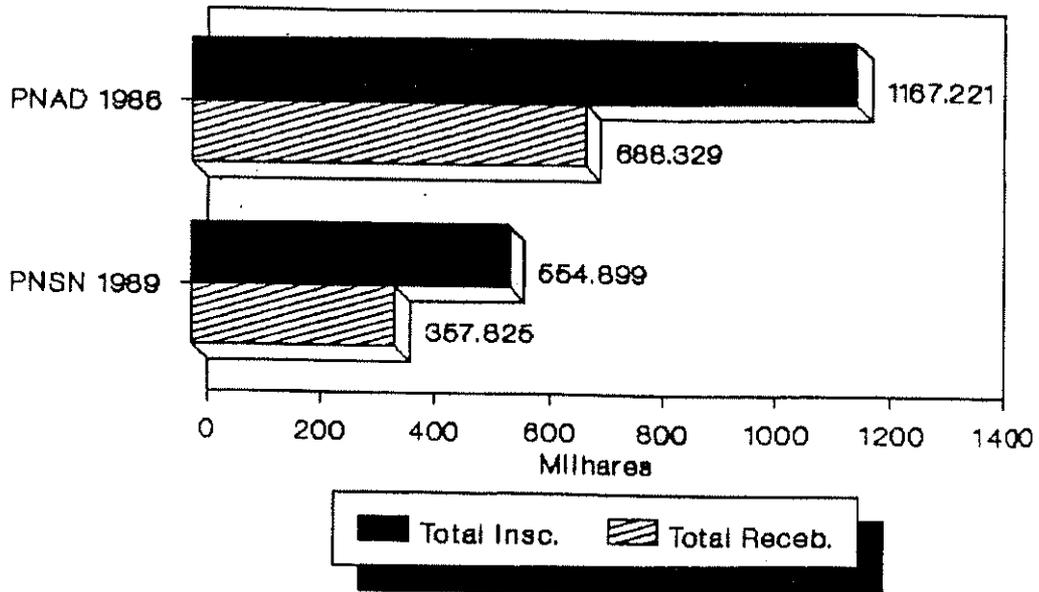


GRAFICO II
Crianças de 0 a 6 anos Inscritas em
Programa de Alimentação e que
Receberam Alimentos

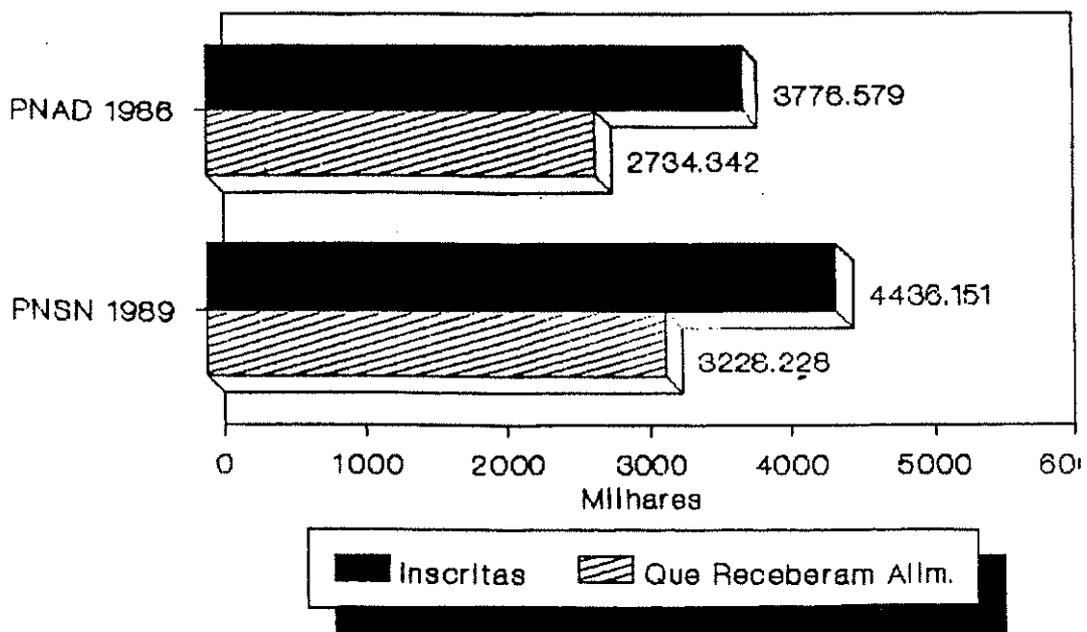
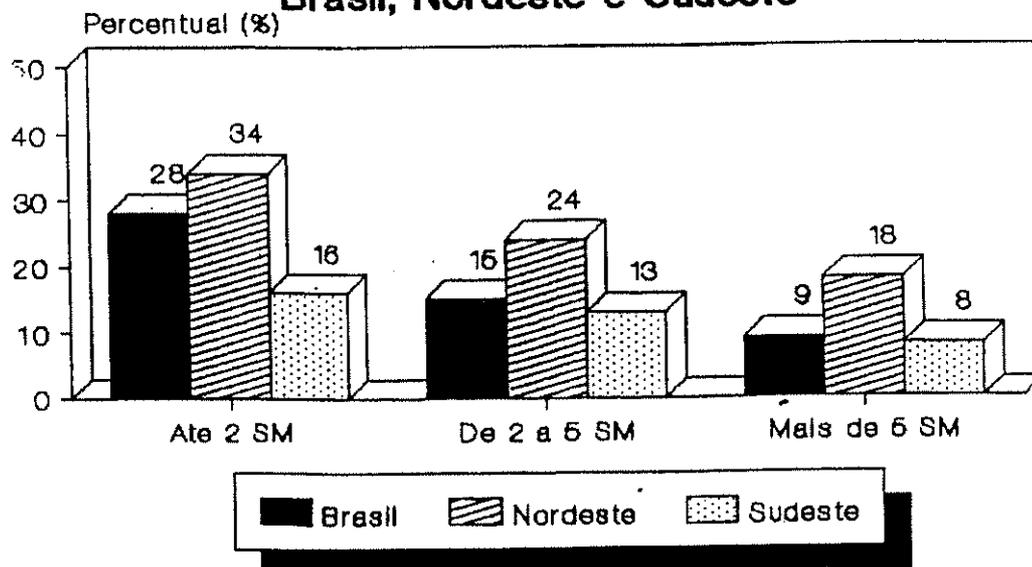


GRAFICO III
Percentual de Crianças Desnutridas(*) de
0 a 36 Meses, por faixa de renda
Brasil, Nordeste e Sudeste



(*) Obs: Segundo critério de peso-idade menor que o percentil 10. (Padrão antropométrico do NCHS).

BIBLIOGRAFIA

- CAMPINO, A. C. C. Lições do Programa do Leite Fluído, São Paulo, IESP, 1989, mimeo.
- MONTEIRO, C. A. O Mapa da Pobreza no Brasil, Brasília, INAN-NUPENS/USP, 1991. (Texto para Discussão, 1).
- PELIANO, A. M. Os Programas Alimentares e Nutricionais no Contexto da Recessão Econômica: 1980-1984. In: Crise e Infância no Brasil: O Impacto das Políticas de Ajustamento Econômico, org. CHAHAD, J. P. e CERVINI, R. São Paulo, IPE/USP, 1988.
- _____, O que Podemos Aprender com a Experiência de uma Década: Uma Análise dos Programas Assistenciais de Abastecimento e Alimentação. São Paulo, FAO, 1990. Mimeo.
- _____, Quem se Beneficia dos Programas Governamentais de Suplementação Alimentar. Brasília, IPEA, 1990. (Texto para Discussão, 205).
- SILVA, A. C. Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil. Brasília, 1987. Mimeo.
-

